

CRIANÇAS TRANS E INTERSEXO: SENTIMENTOS, VIVÊNCIAS E GÊNERO RESPEITADOS

Thamirys Nunes¹

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) determina que é dever da família, da sociedade e do Estado proteger o melhor interesse da criança e adolescente, e do bebê, conseqüentemente. Ele não defende o melhor interesse dos pais, nem da sociedade e nem da comunidade médica, mas, sim, busca proteger o melhor interesse para o desenvolvimento da criança e adolescente, sem distinção e de forma que atenda em integralidade às suas necessidades. Portanto, expor um bebê a uma cirurgia, que não é essencial a sua saúde, de forma compulsória, é total desrespeito aos seus direitos fundamentais.

A Resolução 1.664/03 do CFM (Conselho Federal de Medicina), no meu ponto de vista, é resultado de uma busca incansável em normatizar os corpos de nossos filhos, e um desrespeito total à proteção integral da singularidade e individualidade deles.

Precisamos olhar para os nossos filhos como indivíduos de direitos, inclusive direitos de ter seus sentimentos, suas vivências e de ter gêneros respeitados. Como vamos respeitar o gênero do bebê intersexo se não permitimos o seu livre desenvolvimento e conhecimento de sua condição para que ela possa se manifestar?

Além disso, faço um paradoxo em relação às crianças trans e intersexo. Como mãe de criança trans, tenho conhecimento do movimento jurídico, social e médico, que respeita, legitima e compreende a condição trans de nossos filhos, mas que estabelece protocolos que visam proteger o seu livre desenvolvimento sem interferências cirúrgico-pediátricas desnecessárias. Questiono: por que não existe esse movimento com o bebê intersexo? Porque nossa comunidade médica não está

¹ Representante da Aliança Nacional LGBTI+. Mãe de uma criança trans de seis anos. Autora do livro “Minha criança trans”. Ativista pelos direitos trans infantojúvenis. Coordenadora Nacional da Área de Proteção e Acolhimento à Criança, Adolescentes e Famílias LGBTI+ na Aliança Nacional LGBTI+. Vice-presidente da ABRAI (Associação Brasileira Intersexo).

focada em proteger o desenvolvimento integral sem interferências cirúrgicas desnecessárias.

Não é possível proteger o bebê intersexo sem acolher e amparar seus pais/responsáveis legais. A temática intersexo é delicada, e maior parte da nossa sociedade ignora a existência dela. Portanto, quando os pais tomam conhecimento da condição intersexo de seus filhos, a prioridade deve ser informar e educar esses pais sobre a naturalidade do intersexo, que não é uma aberração, e sobre todas as possibilidades de desenvolvimento saudável sem interferências. Para além disso, é preciso acolher de forma humanizada e individual os pais de bebê intersexo a fim de que eles possam obter informações para proteger e respeitar seus filhos sempre.

É preciso deixar de focar em necessidades cirúrgicas e medicamentosas para normatizar corpos e ampliar centros e ambulatórios multidisciplinares que auxiliem e acompanhem o desenvolvimento do bebê intersexo e sua família. Só assim teremos, no futuro a médio prazo, uma população intersexo adulta com os seus direitos fundamentais preservados, livre de violências médicas, capaz de entender sua condição e de fazer escolhas que estão de acordo com a sua livre vontade e que respeitem a sua natureza de existir.